

A DIMENSÃO CULTURAL NA ESTRATÉGIA
DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Os fundamentos culturais da unidade

GUINÉ-CABO VERDE

Na sua fundamentação do princípio da unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, Amílcar Cabral referiu-se essencialmente a razões de natureza histórica, étnica e política. Porém, e a despeito da ligação destas com a cultura, não nos lembramos de ter enxergado, através da obra escrita de Cabral, qualquer referência directa, precisa, à identidade dos laços culturais existentes entre os povos de Cabo Verde e da Guiné.

Parece-nos, no entanto, que toda a "démarche" política de Amílcar Cabral visando unir os dois povos para a luta contra o colonialismo parte da consciência aguda da existência desses laços e da análise do papel primordial que teriam necessariamente de desempenhar como força aglutinadora no combate contra o inimigo comum - o colonialismo.

A visão que revelou Amílcar Cabral na justeza da sua análise é tanto mais surpreendente quanto um exame superficial das culturas do cabo-verdiano e do guineense podia levar à conclusão de que poucas similitudes existem entre os dois povos. Os factos provaram, porém, que Cabral teve a percepção exacta de que as raízes profundas da cultura cabo-verdiana se encontram em África, e que só a política de assimilação e de alienação cultural praticada pelos colonialistas portugueses terá podido obscurecer esta realidade.

Se assim não fosse, não teria sido possível obter uma união tão profunda como a que chegou a existir, por um lado, entre as massas populares cabo-verdianas, ao tomarem consciência integral da sua verdadeira identidade cultural, e as massas populares guineenses; por outro lado, entre estas e a fração da pequena burguesia cabo-verdiana que, ao optar conscientemente pela luta de libertação nacional, se identificou com as massas populares (cabo-verdianas e guineenses) - se mostrou, assim, disposta a suicidar-se politicamente, segundo a imagem bem conhecida de Cabral.

Se o processo que devia conduzir a essa unidade correctamente visada por Amílcar Cabral foi interrompido ~~em 1973, não foi, pois, porque Cabral tivesse falhado na sua análise, mas talvez porque certos militantes guineenses do PAIGC não tivessem conseguido alcançar a profundidade e a própria razão de ser dos fundamentos dessa unidade, o que equivaleria a dizer, utilizando uma expressão muito do agrado de Cabral, que não souberam tirar as lições positivas do processo unitário em curso.~~

Pensamos, no entanto, que, qualquer que tenha sido o tempo de duração deste processo, desencadeado graças à clarividência política de Cabral, ele teve o mérito - para além do facto primordial das independências de Cabo Verde e da Guiné -, não apenas de libertar as massas populares cabo-verdianas dos complexos nelas inculcados vis-à-vis da sua cultura, mais ainda de levar uma parte importante da população cabo-verdiana, que fora alienada com a política de assimilação, a tomar consciência da dimensão africana da sua cultura e a assumir esta na sua integralidade.

Ficou, assim, provada a fragilidade das raízes da política de assimilação, mesmo num país, como Cabo Verde, em que não existia, no momento da ocupação colonial, uma população cuja cultura se pudesse refugiar "nas aldeias, nas florestas e no espírito das gerações vítimas do colonialismo", como disse Cabral.

Com efeito, não nos podemos esquecer de que em Cabo Verde as forças de ocupação colonial não encontraram nenhuma infraestrutura social, económica ou cultural, nenhuma população que tivessem conquistado e submetido politicamente e militarmente. A sociedade cabo-verdiana, com tudo o que ela comporta hoje nos domínios histórico, social, económico e cultural, formou-se a partir do encontro, e da confrontação, no séc. IV, de dois agrupamentos humanos, ambos estrangeiros ao país: o colono português, que representava a força dominante, e o africano feito escravo, que constituía a comunidade dominada.

A situação colonial criada em Cabo Verde foi, por conseguinte, desde o início, diferente da que prevaleceu nas restantes colónias africanas. Enquanto na Guiné, em Angola e Moçambique a colonização apenas atingiu as populações do litoral e dos centros urbanos, em Cabo Verde ela tocou profundamente o conjunto

da sociedade. Enquanto nos países do Continente as massas populares, apesar da "usurpação violenta da liberdade do processo do desenvolvimento das suas forças produtivas", como disse Cabral, puderam continuar a preservar a sua cultura, dentro da instituição tribal respectiva, em Cabo Verde a população de origem africana, formada de elementos de diversas etnias, teve de reelaborar a sua cultura, num esforço desesperado para conservar ou refazer a sua identidade.

E nesta medida, sobretudo, que a análise de Amílcar Cabral relativamente à cultura cabo-verdiana se revelou clarividente. Com efeito, os estudos das sociedades saídas da escravatura têm afirmado que esta destruiu a identidade do homem africano e fez desaparecer os traços essenciais das culturas africanas. Na sequência desta afirmação, são frequentes as alusões à crise de identidade dos descendentes dos antigos escravos, aos seus complexos de inferioridade e frustração, assim como aos conflitos culturais que opõem comunidades de origem étnica diferente. No entanto, por razões históricas e sociológicas conhecidas, a herança cultural africana nos países americanos onde existiu uma sociedade escravocrata é muito mais visível que em Cabo Verde, a despeito da nossa proximidade do Continente africano.

Apesar disso, com excepção do Haiti -, talvez, da Jamaica, Cabo Verde é a única sociedade saída da escravatura onde a dimensão cultural africana serviu de detonador à luta de libertação nacional, o que responde exactamente às previsões de Cabral e prova que a escravatura não destruiu a identidade do homem africano nas nossas ilhas. Contrariamente ao que sucedeu aqui, além dos países acima referidos, em nenhum outro país das Américas, por maior que tivesse sido a preponderância dos elementos culturais africanos na cultura das massas populares, a negação do processo colonial se fez pela tomada de consciência de uma cultura que tinha as suas raízes em África. Acontece mesmo que alguns dos países mestiços onde existiu a instituição da escravatura continuam dominados política e economicamente (e quase nos sentimos tentados a afirmar, culturalmente).

Claro que esta situação não resulta da distância a que estes países se encontram da África, mas da evolução que sofreram essas sociedades, e que é totalmente distinta da que teve lugar em Cabo Verde. Efectivamente, salvo em dimensões reduzidas, em Santiago e no Fogo, não se desenvolveu em Cabo Verde, como, por exemplo, nas colónias espanholas da América, uma população crioula, descendente dos antigos colonos brancos, significativa pelo número, pelos traços cul-

turais e pelo poderio económico, para quem a população negra (sobretudo a escrava) nada mais representava do que um meio de obter lucros cada vez mais substanciais e era, por conseguinte, explorada de forma desenfreada. Não foi, assim, a cultura dos brancos crioulos que serviu de modelo à sociedade cabo-verdeana, tendo a cultura dos descendentes ^{dos} africanos sido relegada à categoria de simples folclore, como sucedeu em outras latitudes.

Em Cabo Verde, pelo contrário, a degradação económica da sociedade escravocrata, devido a razões que não cumpre invocar neste lugar, determinou um grande êxodo de colonos brancos para as costas da Guiné, a partir do séc. XVIII, o que diminuiu sensivelmente o seu número na colónia. Esta diminuição e, aliás, o número reduzido desses colonos ao longo da colonização e Cabo Verde, explicam em grande parte porque é que, apesar da grande miscigenação cultural verificada nas nossas ilhas desde o início da colonização, a comunidade negra conseguiu preservar e reelaborar muitos dos traços fundamentais da sua cultura.

Essa reelaboração, destinada a criar novas formas de comportamento, ajustadas à nova realidade, permitiu que os africanos trazidos para Cabo Verde com a escravatura, preservando a sua memória colectiva e imaginária, recriassem a sua cultura, adaptando-a não apenas à cultura do colonizador, mas, e mais, às condições sociológicas e ecológicas em que passaram a viver. Os descendentes ilegítimos africanos, na ausência de uma sociedade branca crioula que, pelo seu número e pelo seu poderio económico, lhes visse a impor o seu tipo de cultura, puderam preservar as expressões culturais que os escravos africanos e os seus descendentes elaboraram para se oporem à escravatura e ao colonialismo, isto é, as expressões culturais que foram obrigados a reelaborar para poderem sobreviver como a classe mais oprimida da sociedade.

O que acabamos de dizer mostra-nos que dois factos - o fraco peso cultural, a partir do séc. XVII, da sociedade branca crioula e a afirmação da personalidade cultural do descendente do escravo africano - foram decisivos para a determinação das relações de força que tiveram lugar em Cabo Verde no domínio cultural, não apenas dentro da sociedade escravocrata, mas, também, mais tarde. Nestas relações de força, o mestiço cabo-verdeano desempenhou um papel de relevo, como produto da interacção de uma série de elementos culturais que iriam fundir-se numa síntese harmoniosa; não se verificou, assim, em Cabo Verde a justaposição de

de culturas que teve lugar nas sociedades saídas da escravatura onde as duas comunidades, a branca e a negra, continuaram a coexistir.

O número crescente dos mestiços, devido à ínfima percentagem de mulheres europeias entre os colonos, e a sua condição de fruto da fusão de duas culturas, serviu para uniformizar pouco a pouco o panorama cultural das ilhas. Em princípio, eram portadores de uma cultura mais miscigenada que a dos negros. Porém, devido às condições concretas do seu nascimento (os filhos de escravos também eram escravos, qualquer que fosse a cor da sua pele), eles mantiveram-se mais ligados culturalmente à comunidade negra.

O mestiço, em Cabo Verde, nunca foi, pois, devido às razões expostas, um homem de entre duas culturas, " um homem à procura de uma pátria ". Se é certo que ele sofreu de certos complexos trazidos com a política de assimilação, esses complexos não eram nem de identidade, nem de frustração por ausência de uma identidade. No processo histórico que deu origem à perda da identidade originária dos africanos que vieram para as ilhas, os mestiços nascidos do cruzamento com os colonos brancos ganharam uma identidade nova, original, e com ela uma profunda consciência nacional, que iria revelar-se um poderoso instrumento político na fase que precedeu a independência. Esta nova identidade, que se caracterizava essencialmente por um sentimento de diferença e, o que não deixa de ser curioso, de superioridade, em relação ao colonizador, também se veio a traduzir pela demarcação vis-à-vis do Continente africano, por efeito da política de assimilação.

Assim se forjou em Cabo Verde uma sociedade culturalmente homogênea, cujos componentes, portadores de uma identidade própria, nem europeia, nem inteiramente africana, se sentiram orgulhosos da sua cabo-verdianidade. Cabo-verdianidade que tem a sua origem nas expressões culturais que os escravos e os seus descendentes elaboraram para sobreviver culturalmente, e que marcaram poderosamente o homem africano das nossas ilhas, imprimindo nele esse sentimento de orgulho da sua cultura e de diferenciação face à cultura do colonizador que foi sempre uma das características mais específicas do cabo-verdiano. Talvez porque a cabo-verdianidade seja o produto de um processo aculturativo de que o africano, pelo seu número, pela sua resistência cultural, pela reelaboração da cultura dos seus antepassados, pela recriação de uma cultura nascida das condições específicas da escravatura e do colonialismo, e pelo seu contacto secular com o Continente africano, foi o elemento motor.

Só uma reflexão atenta sobre este processo aculturativo poderá ter levado Amílcar Cabral a situar o cabo-verdiano numa perspectiva de libertação, num quadro unitário com um país implantado no Continente africano - a Guiné Bissau -, e isso após um século de uma política de assimilação destinada a levar o nosso povo a renegar a sua herança cultural africana. Para além dos laços históricos e de sangue que nos ligam à Guiné-Bissau, apenas a consciência clara de que o cabo-verdiano se sentia ligado àquele país por um fundo cultural comum, que resistira ao impacto da política de assimilação, podia ter levado Cabral a pensar num projecto de unidade entre o nosso povo, culturalmente mestiço, e o povo guineense. Este projecto, obviamente, só podia ter sido concebido na base do conhecimento que tinha Amílcar Cabral dos laços culturais que uniam as massas populares cabo-verdianas aos seus irmãos guineenses.

Infelizmente, poucos foram os cabo-verdianos que, no momento da luta de libertação, compreenderam o alcance da visão de Amílcar Cabral; mesmo uma parte da pequena burguesia cabo-verdiana que era nacionalista e desejava a independência de Cabo Verde contestou a unidade, na medida em que esta representava, segundo ela, a perda da especificidade da cultura cabo-verdiana. Com muito mais razão ainda, os cabo-verdianos mais profundamente alienados nunca conseguiram compreender, e muito menos aceitar, o princípio e os objectivos últimos da unidade Guiné-Cabo Verde.

É aqui que se situa, aliás, a pedra de toque da política de assimilação e de alienação cultural praticada em Cabo Verde desde o século passado pelos colonialistas portugueses, a partir da abertura, sobretudo, do Seminário-Liceu, onde se formaram os primeiros servidores cabo-verdianos da administração colonial: na negação da capacidade histórica do nosso povo de elaborar as suas próprias expressões culturais e no desprezo dos colonialistas por toda uma evolução operada através dum doloroso processo de recriação de uma identidade cultural própria, ao longo de quatro séculos de resistência cultural. É assim que os cabo-verdianos que iam tendo acesso à instrução e aos novos comportamentos que esta trazia eram levados a convencer-se da inferioridade dos seus padrões culturais, sempre que estes os identificavam com os seus antepassados africanos.

Se esse esforço de assimilação e, portanto, de despersonalização teve resultados pouco apreciáveis nas outras colónias africanas de Portugal, onde a maioria esmagadora da população pouco contacto teve com a cultura portuguesa, e

onde era muito mais difícil fazer o africano renegar-se a si mesmo, ele teve resultados muito mais palpáveis em Cabo Verde, onde se tornava já mais fácil criar complexos de carácter cultural a uma população mestiça e miscigenada culturalmente. O problema, de resto, não se põe tanto em termos de raça como de classe, visto que a franja da população cabo-verdiana mais directamente visada pela política de assimilação constituiu o que Amílcar Cabral classificou de "pequena burguesia autóctone".

A análise penetrante que fez Cabral do carácter de classe da cultura aplica-se com mais exactidão ainda a Cabo Verde do que às restantes colónias portuguesas. Vejamos o que ele diz a este respeito:

"A experiência da dominação colonial mostra que, na tentativa de perpetuar a exploração, o colonizador não só cria todo um sistema de repressão da vida cultural do povo colonizado, mas também suscita e desenvolve a alienação cultural de uma parte da população, quer pela pretensa assimilação dos indígenas, quer pela criação dum abismo social entre as elites autóctones e as massas populares. Como resultado deste processo de divisão ou de aprofundamento das divisões no seio da sociedade, acontece que uma parte considerável da população, nomeadamente a "pequena burguesia" urbana ou rural, assimila a mentalidade do colonizador, considera-se como culturalmente superior ao povo ao qual pertence e cujos valores culturais ignora ou despreza. Esta situação, característica da maioria dos intelectuais colonizados, cristaliza-se à medida que aumentam os privilégios sociais do grupo assimilado ou alienado, tendo implicações directas no comportamento dos indivíduos desse grupo face ao movimento de libertação".

Em Cabo Verde, os próprios objectivos visados com a política de assimilação fizeram com que esse grupo fosse bastante significativo, numérica e socialmente falando. Ao longo de um século de uma escolarização destinada a exaltar os valores do colonizador e a menosprezar os do povo colonizado, foi-se formando nas nossas ilhas uma elite de intelectuais que, muitas vezes sem darem por isso, se foram afastando cada vez mais das massas populares e perdendo a noção da dimensão africana da sua cultura.

Antes do começo da luta de libertação nacional, foram bem poucos os elementos dessa fracção da pequena burguesia que se aperceberam da sua condição de desenraizados e alienados. Apenas num punhado se desenvolvera "um sentimento

de amargura ou um "complexo de frustração" e, paralelamente, uma necessidade urgente ... de contestar a sua marginalidade e de descobrir uma identidade", como observou Cabral. Foi esse punhado que participou na criação e direcção do movimento de libertação ou a ele aderiu antes da passagem à acção directa na Guiné-Bissau, sob a direcção de Amílcar Cabral.

Já nos anos 40, Amílcar Cabral, com mais um grupo de jovens intelectuais - todos eles futuros dirigentes dos movimentos de libertação que haviam de levar os seus países à independência - teve a percepção clara de que a essência da política de assimilação residia na negação da dimensão cultural africana no comportamento social dos colonizados. Por isso, Cabral e os seus companheiros compreenderam que a "reafricanização dos espíritos" teria de ser o primeiro passo a dar no caminho da libertação nacional.

Essa "démarche" de "retorno às fontes", que se revelou correcta e necessária como ponto de partida para a luta política, foi nessa fase mais uma atitude intelectual de necessidade de redescoberta da verdade: a identidade do que é uma identificação total com as massas populares, com as suas aspirações e os seus sofrimentos, com a essência da sua cultura, que elas haviam podido preservar opondo a maior resistência à tentativa de assimilação por parte dos colonialistas. Com efeito, as massas populares não experimentavam a necessidade de buscar as suas raízes em África, porque a África estava presente no seu comportamento social e cultural quotidiano. Apenas, no caso de Cabo Verde, procurando adaptar-se aos imperativos da política de assimilação, as massas populares relegaram para o inconsciente muito do que lhes havia sido transmitido pela memória colectiva e imaginária dos seus antepassados de origem africana. Por isso, sem a libertação total do homem cabo-verdiano da dominação colonial, baseada em complexos socio-culturais diversos, não poderiam recuperar essa memória, isto é, a consciência integral da sua origem e da sua pertença cultural.

Em contrapartida, a pequena burguesia que, no processo de desenraizamento e de marginalidade a que a conduziu a política de assimilação, não havia podido conservar um comportamento cultural que evocasse as suas raízes africanas, mesmo quando não perdeu totalmente a sua dignidade ou fez tapas de se libertar dos seus preconceitos e interesses de classe, levou tempo para se aperceber da sua condição incómoda de categoria social privilegiada que traía, embora, em certos casos, inconscientemente, os interesses das massas populares, aliando-se com os interesses dos colonialistas. Compreende-se, de resto, perfeitamente, que o esfor

A contestação do facto colonial em Cabo Verde, como certamente previra Cabral, fez-se, assim, através da tomada de consciência das raízes africanas da cultura cabo-verdiana. Se o cabo-verdiano sempre se sentira orgulhoso da sua cabo-verdianidade, ele descobriu nessa altura que esta não era mais do que uma especificidade da sua africanidade. Libertado da repressão psicológica que o obrigara a relegar para o inconsciente a sua herança cultural africana, o cabo-verdiano encontrou uma dimensão mais vasta na recuperação de uma parte importante, fundamental, do seu ser sócio-cultural, da qual fora amputado. É isso que explica a euforia do reencontro com África que marcou todo o ano que precedeu o acesso à nossa independência, a partir da queda do fascismo em Portugal, em Abril de 1974. Tendo conseguido libertar-se dos complexos que lhe trouxera a política de assimilação, o povo cabo-verdiano, independentemente do maior ou menor grau da sua ascendência africana, tomou consciência da integralidade da sua cultura, servindo-se dela como estandarte de libertação.

No que respeita aos elementos hesitantes e indecisos da pequena burguesia, a que se refere Amílcar Cabral, foram várias as posições que adoptaram face à luta de libertação nacional e à independência que se lhe seguiu. Antes de mais, convém notar que a hesitação e a indecisão desses elementos tinha causas distintas, desde a ignorância ao oportunismo.

Havia os que, embora sendo honestos, por ignorância dos verdadeiros objectivos da luta de libertação, tinham ideias preconcebidas a seu respeito, tanto de carácter político, como moral ou, até, religioso, na medida em que receavam que a Igreja Católica viesse a ser contestada e profanada pelo Partido. Uma parte desses elementos, vencida a barreira da ignorância e, por vezes, do medo que nelles haviam suscitado a respeito do PAIGC, aderiu aos ideais que nortearam o Partido e integrou as fileiras deste, dando a sua contribuição esforçada para o progresso da nossa pátria africana.

Entre os restantes elementos hesitantes e indecisos, uma parte apoiou, por oportunismo, o Partido, manifestando ostentatoriamente uma reafirmação dos espíritos que estava bem longe de experimentar. Uma outra parte, composta de diversas fracções, ou se refugiou na indiferença, ou se integrou na corrente, por simpatia, por vezes, mas sem se comprometer demasiado com o regime, ou, ainda - a fracção mais numerosa -, esperou atentamente, sem tomar posição expressa, uma oportunidade de tirar o máximo de proveito da nova situação, naquilo que ela re-

ço feito pelo cabo-verdiano para reencontrar a dimensão cultural africana perdida, dado o seu isolamento em ilhas e a sua cultura mestiça, tivesse sido, de longe, maior que o dos africanos alienados do Continente.

Poi, finalmente, a consciência do seu desenraizamento e da sua marginalidade que conferiram à pequena burguesia o privilégio histórico de ter sido ela que primeiro contestou o facto colonial, vindo a desempenhar um papel decisivo no desencadeamento da luta de libertação nacional. No entanto, exactamente porque a política de assimilação permeou muito profundamente a pequena burguesia cabo-verdiana, só uma ínfima parte dessa categoria social tomou posição desde o início a favor da luta de libertação e se engajou nela, identificando-se com os problemas fundamentais e as aspirações da sociedade em geral. Como o fez notar Cabral, " a experiência mostra que, face à necessidade dum opção política exigida pela contestação da dominação estrangeira, as categorias privilegiadas, na sua maioria, colocam os seus interesses imediatos de classe acima dos interesses do grupo ou da sociedade, contra as aspirações das massas populares ".

A fracção da pequena burguesia cabo-verdiana para quem a identificação com as massas populares passou pela tomada de consciência da sua africanidade, só através da luta chegou a libertar-se dos seus preconceitos de classe. Porém, uma vez liberta desses preconceitos, ela adquiriu um nível de consciência política e moral muito elevado e, após a independência, continua a lutar de forma íntegra e desinteressada pela promoção das massas com as quais se identificou. Pelo seu exemplo de participação na luta de libertação nacional, ela contribuiu de maneira determinante para o despertar do povo cabo-verdiano para a contestação da situação colonial. Com efeito, a presença física de um punhado de cabo-verdianos no próprio teatro da luta na Guiné-Bissau, em pleno Continente africano, teve sobre o cabo-verdiano que ficou nas ilhas um efeito de catalisador: não só o levou a tomar consciência da sua africanidade, como foi determinante para a evolução da mentalidade do nosso povo - mesmo de uma boa parte da pequena burguesia - , fazendo-o entrar num processo de reafirmação, que se manifestou, antes de mais, pelo recrudescimento das manifestações culturais cabo-verdianas de origem africana. Este facto vem confirmar a afirmação de Cabral, segundo a qual "quaisquer que sejam as condições de sujeição de um povo à dominação estrangeira e a influência dos factores económicos, políticos e sociais na prática desta dominação, é em geral no facto cultural que se situa o germen da contestação, levando à estruturação e ao desenvolvimento do movimento de libertação ".

presentasse de possibilidade de promoção para ela, dentro da sociedade cabo-verdiana. É esta última fracção que, pela posição privilegiada que chegou a alcançar dentro da sociedade colonial, mais se identificara com os representantes de poder colonial. De todas as fracções de que se compõe a pequena burguesia cabo-verdiana, esta última é, provavelmente, a que menos se identifica com a África e as massas populares cabo-verdianas, a que continua a repudiar a sua herança cultural africana, a que permanece presa de todos os complexos do assimilado, a que se revela mais saudosa dos seus privilégios de classe na época colonial, embora, com a independência, continue a ocupar postos de responsabilidade dentro da máquina administrativa, devido às suas qualificações técnicas ou profissionais.

Quanto à minoria que, face ao movimento de libertação, se negou a assumir a sua herança cultural africana, ao mesmo tempo que contestava, por vezes de forma violenta, o princípio da unidade com a Guiné-Bissau, refugiava-se na metrópole colonial, à qual recorria como forma de protesto contra a identificação com a África que esse princípio pressupunha. Contudo, a metrópole colonial, ao deixar de o ser, com a nossa independência, reduziu o cabo-verdiano exilado ao papel de português de segunda que já fora aquele em Cabo Verde no passado, qualquer que fosse a sua classe social; com a agravante de que, a necessidade cada vez maior de afirmação cultural que é a de todas as diásporas tem levado alguns desses cabo-verdianos a assumirem interiormente a sua condição de africanos e a repudiarem a situação de assimilados culturais que os fez voltar costas à independência nacional.

Trata-se de um "retorno às fontes" que, embora tardio e extemporâneo, se assim podemos dizer, não é menos positivo, pelo que pode vir a representar de tomada de posição nacionalista face à independência e aos objectivos desta. Para já, o "retorno às fontes" destas diásporas da pós-colonização é a única resposta à sua frustração e à necessidade de se forjarem uma nova identidade que as singularize e, ao mesmo tempo, as coloque no mesmo pé de igualdade que o antigo colonizador.

Sejam quais forem, porém, as motivações dos novos comportamentos destas diásporas, a verdade é que, a nível individual, vários dos seus componentes vêm experimentando a necessidade de regressar ao Cabo Verde independente, reafri-canizado, para uma comunhão exaltante, ainda que limitada ao curto espaço de uma visita, com os que ficaram e assumiram a sua herança africana. Verificamos, assim, que "o drama sócio-cultural das elites coloniais ou da pequena burguesia indif-

na, vivido mais ou menos intensamente segundo as circunstâncias materiais e o nível de aculturação", a que se refere Amílcar Cabral, continua a ser dolorosamente ressentido pelas diásporas cabo-verdianas, na antiga metrópole colonial.

Porém, da mesma maneira que - continuando a citar Cabral, a respeito das elites coloniais - "o retorno às fontes" só é historicamente consequente se implicar não apenas um comprometimento real na luta pela independência, mas também uma identificação total e definitiva com as aspirações das massas populares", do mesmo modo essa espécie de "retorno às fontes" que se vem verificando agora com as diásporas cabo-verdianas só seria autêntico se essas diásporas se comprometessem efectivamente com o processo político em curso em Cabo Verde, que visa o avanço do povo cabo-verdiano no sentido do progresso. De outra maneira, ela não é mais do que uma forma sentimental de "resolver o conflito sócio-cultural em que se debate [essa fracção da pequena burguesia que deixou Cabo Verde], procurando uma identidade".

É esta a evolução sofrida pela sociedade cabo-verdiana no plano cultural, a partir do processo desencadeado com o projecto de unidade entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau concebido por Amílcar Cabral. Se é verdade que este processo conduziu à redescoberta, pelo povo cabo-verdiano, da sua africanidade, não é menos certo que a sua brusca interrupção, ~~que se verificou em 1963~~, não deixará de acarretar consequências maléficas para a reafricanização completa do homem cabo-verdiano, para a assunção total da sua cultura, nos seus mais diversos aspectos.

A unidade com a Guiné-Bissau criou, de facto, uma dinâmica que levará o cabo-verdiano a ultrapassar em escassos anos mais de um século de alienação cultural e de perda da consciência das suas raízes africanas. Porém, dada a sua situação histórico-geográfica de ilhéu, o cabo-verdiano ainda não conseguiu interiorizar completamente a sua condição de africano, tendo assumido essencialmente os aspectos exteriores da africanidade, aqueles que lhe criavam certos complexos vis-à-vis do colonizador: a pele escura, os traços negroides, o cabelo crespo. Só um permanente intercmbio com a Guiné-Bissau, vencidas as primeiras batalhas em prol da descoberta da dimensão africana da sua cultura, iria permitir ao povo cabo-verdiano e, principalmente, à pequena burguesia, uma total reafricanização dos espíritos.

Para aqueles que viveram a experiência exaltante da luta de libertação nacional e puderam, no contacto quotidiano com as massas populares da Guiné-Bissau, reafirmar-se "na comunhão de sacrifícios que exige a luta", o problema da perturbação causada pela interrupção do processo da unidade à evolução cultural em curso em Cabo Verde não se põe. Ele põe-se, sim, para aqueles que viveram sempre afastados do Continente africano ou, tendo vivido nele, o fizeram numa fase de alienação, como servidores do colonialismo português.

Além, se observarmos atentamente o comportamento de uma parte da população dos centros urbanos em Cabo Verde, nomeadamente da pequena burguesia, verificamos que, para além da decepção e, diríamos mesmo, do despeito que nela provocaram os inesperados acontecimentos de Novembro de 1980, ela manifesta uma certa tendência para se entrincheirar na sua cabo-verdianidade. Não na cabo-verdianidade que ganhou uma nova dimensão com o processo unitário encetado, mas a que não comporta essa dimensão.

Assim, para além dos problemas que a brusca interrupção do processo unitário criou a nível político, ela fez nascer certos problemas de natureza cultural que não são, obviamente, para desprezar, e dos quais há que tomar consciência, para não acontecer que o povo cabo-verdiano estagne ou, mesmo, regreda na sua marcha para assumir inteiramente a sua africanidade. **Torna-se, pois, necessário tomar medidas político-culturais adequadas, susceptíveis de manter a dinâmica da evolução cultural que se vinha processando e de ultrapassar o incidente de percurso que representou o 14 de Novembro. Provavelmente, só a intensificação do intercâmbio com outros povos africanos permitirá que se reencontre o dinamismo perdido e se ultrapasse o processo interrompido.**

De qualquer maneira, e apesar da interrupção do processo unitário com a Guiné-Bissau, não temos dúvidas de que as transformações de natureza cultural operadas em Cabo Verde são irreversíveis. O povo cabo-verdiano poderá levar mais ou menos tempo a impregnar-se da verdadeira essência da sua africanidade. Mas ele não está disposto a perder as conquistas alcançadas no sentido de uma maior afirmação da sua identidade, de uma mais vasta dimensão da sua cultura.

Esta é, certamente, uma das maiores contribuições que terá dado Amílcar Cabral para a libertação do homem africano.